



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 6 - O mundo digital: apropriação e desafios

Modalidade: Trabalho completo

Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte ontem e hoje: uma reflexão evolutiva

Institutional Repository of the Federal University of Rio Grande do Norte yesterday and today: an evolutionary reflection

Jacqueline de Araújo Cunha – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Maria Aniolly Queiroz Maia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Patricia Ladeira Penna Macêdo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Resumo: Aborda a trajetória do Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) analisando sua política de informação. Objetiva refletir sobre a influência mútua entre políticas informacionais e práticas de gestão de repositórios. O estudo é descritivo e fundamentado em pesquisa bibliográfica, focando nos conceitos de repositórios e políticas informacionais. Utiliza o Repositório Institucional da UFRN como exemplo, observa-se que esses repositórios são dinâmicos, ajustando-se às necessidades institucionais e informacionais, o que impacta diretamente na gestão e práticas, refletidos em suas políticas de informação. Destaca-se também o papel crucial do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia na criação e consolidação desses repositórios no Brasil.

Palavras-chave: Repositório Institucional. Política de informação institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Abstract: It addresses the trajectory of the Institutional Repository of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), analyzing its information policy. The objective is to reflect on the mutual influence between informational policies and repository management practices. The study is descriptive and based on bibliographic research, focusing on the concepts of repositories and informational policies. Using the Institutional Repository of UFRN as an example, it is observed that these repositories are dynamic, adjusting to institutional and informational needs, which directly impacts management and practices, reflected in their information policies. It also highlights the crucial role of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology in the creation and consolidation of these repositories in Brazil.

Keywords: Institutional repository. Institutional information policy. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



1 INTRODUÇÃO

Os repositórios institucionais são ambientes de informação relevantes para a organização, socialização e preservação da memória institucional nos quais estão inseridos. Tais repositórios emergem especialmente da necessidade de dar visibilidade à produção científica das instituições de pesquisa e promover o acesso a essa produção, configurando-se como um importante mecanismo de acesso livre à informação científica de qualidade. No caso do Brasil teve especial aderência às instituições de ensino superior, geralmente encabeçadas pelas bibliotecas universitárias.

Tal fenômeno encontra explicação no importante trabalho desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Um trabalho iniciado com o projeto da Biblioteca Digital Brasileira divulgado em 2001 em artigo publicado por Triska e Café em que afirmavam tratar-se de um projeto para criação e implementação de arquivos abertos no Brasil, iniciando com o uso do software e-prints para a criação de repositórios digitais temáticos. Fazia parte desse empreendimento integrar em um único portal diferentes tipologias de arquivos abertos. Além dos já mencionados repositórios digitais temáticos, previa ainda a criação de repositórios institucionais, bibliotecas digitais, periódicos eletrônicos e anais eletrônicos (Brasher, 2002; Kuramoto, 2009).

Na atualidade, esse projeto encontra-se materializado no Oasis.br, o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto. Uma iniciativa do Ibict que “reúne a produção científica e os dados de pesquisa em acesso aberto, publicados em revistas científicas, repositórios digitais de publicações científicas, repositórios digitais de dados de pesquisa e bibliotecas digitais de teses e dissertações” (OasisBr, 2024).

Nesse sentido, tomou-se como questão para esta produção refletir sobre a influência mútua entre políticas informacionais e práticas de gestão de repositórios, caracterizando-se metodologicamente como um estudo descritivo fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, focando nos conceitos de repositórios e políticas informacionais. Utiliza a experiência do repositório institucional do Rio Grande do Norte com vistas a articular a reflexão à luz da literatura utilizada para evidenciar o papel das

políticas de informação na criação e funcionamento do repositório institucional da UFRN.

O empreendimento dos repositórios institucionais no Brasil apresenta como marco temporal o ano de 2009, quando o Ibict lançou o Edital FINEP/PCAL/XBDB Nº 003/2009. Neste certame foram contempladas 29 instituições, dentre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que já possuía uma experiência exitosa com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e os periódicos eletrônicos, que naquele ano (2009) lançava o seu Portal de Periódicos da UFRN.

No referido edital, para cada uma das instituições contempladas, o Ibict distribuiu, o que chamou à época, 'kits tecnológicos' em regime de comodato, os quais eram compostos de: 1 (um) computador do tipo servidor, pré-formatado e configurado com: sistema operacional baseado na plataforma UNIX/LINUX; os softwares básicos Apache, MySQL e PHP; e por fim os softwares aplicativos Dspace e OJS. (Instituto ..., 2009)

As instituições foram ainda instruídas a formularem políticas institucionais de informação que tinham por objetivo instituir os repositórios nas universidades, formalmente reconhecidos pelas suas diferentes instâncias, entendido como uma condição para que o projeto fosse bem sucedido. Para tanto, o Ibict propôs um modelo de documento, elaborado por Hélio Kuramoto, que segundo ele, o esboço estava baseado em experiências internacionais sobre implementação de repositórios institucionais (Kuramoto, 2009).

A partir do exposto, o estudo tem como objetivo geral apresentar uma reflexão a partir da experiência do RI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) sobre como as políticas de informação institucionais influenciam e são influenciadas pelos serviços de informação digital, nomeadamente os repositórios institucionais. De modo específico, objetivou-se apresentar um breve histórico dos repositórios institucionais no Brasil e na UFRN e seu conceito; relacionar a definição de políticas de informação com as implementadas na UFRN; caracterizar a influência que as políticas de informação exercem sobre os repositórios, bem como são influenciadas por eles.

Como forma de atingir o objetivo proposto, foram adotados como procedimentos metodológicos uma pesquisa bibliográfica e documental, e a abordagem

da nossa análise foi qualitativa a qual buscou evidenciar a repercussão das políticas de informação no funcionamento do repositório e vice-versa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como mencionado anteriormente, a questão central dessa comunicação foi fazer uma reflexão sobre os repositórios institucionais e as políticas de informação, buscando evidenciar como seus contornos e mudanças são fruto de uma relação de influências mútuas. Para dar conta dessa questão e dos objetivos propostos foi empreendida uma pesquisa bibliográfica sobre os repositórios institucionais, seus conceitos e históricos, bem como sobre as políticas de informação aplicadas a este contexto. Além disso, foram analisados os documentos das políticas de informação da UFRN, configurando este estudo como de caráter documental. (Gil, 1991)

Adotou-se uma abordagem qualitativa, em que buscou-se descrever uma realidade vivenciada pelas autoras, caracterizando-se pela interpretação dos dados sem a utilização de quantificações. De acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20) trata-se de uma abordagem em que “o processo e seu significado são os focos principais”.

Do ponto de vista dos objetivos, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, que visa proporcionar uma maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais claro (Gil, 1991). Nesse sentido, se propõe a descrever as características do RI-UFRN, e seu funcionamento a partir de sua política de informação, bem como o processo de influência mútua.

3 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS NO BRASIL E NA UFRN: BREVE HISTÓRICO

Os repositórios institucionais (RI) no Brasil emergiram como uma importante ferramenta para a preservação e disseminação do conhecimento científico produzido no país e pela sua comunidade de pesquisadores. O contexto político era do movimento do acesso aberto à informação científica que desde a década de 1990 se consolidava como um movimento mundial para diminuição das barreiras de acesso à informação científica, em especial fazendo frente aos altos preços praticados pelas grandes editoras

internacionais nos valores das assinaturas de suas publicações (Suber, 2016; Kuramoto, 2008).

As primeiras iniciativas brasileiras de criação de repositórios digitais em instituições de pesquisa visavam, principalmente, tornar públicas as teses e dissertações, documentos frequentemente classificados como ‘literatura cinzenta’. Essa categoria textual, por não ser destinada à comercialização e por não estar submetida aos tradicionais sistemas de controle bibliográfico (ISBN, ISSN), tinha seu acesso bastante restrito. Ou seja, antes dos repositórios digitais, esses trabalhos só podiam ser consultados presencialmente nas bibliotecas universitárias ou de forma remota, por meio de serviços especializados (comutação bibliográfica ou empréstimo entre bibliotecas), limitando assim a sua disseminação e o impacto de suas contribuições científicas.

Nesse contexto, apresenta-se como solução as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, que entendemos aqui como os primeiros repositórios institucionais, uma vez que tinham como propósito disponibilizar apenas os trabalhos finais dos cursos de mestrado e doutorado defendidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da própria instituição, configurando sua institucionalidade.

As iniciativas pioneiras dessa tipologia de repositório digital no Brasil foram identificadas na pesquisa de mestrado de Cunha (2009), que afirma terem sido, em ordem cronológica, os repositórios de teses e dissertações: da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1986; da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2000; e da Universidade Estadual de Campinas em 2001. Nesse mesmo ano (2001), coincide também a iniciativa do Ibict. Na oportunidade

[...] o Instituto reuniu especialistas do IBICT, Bireme, CNPq, USP, PUC-Rio, UFSC e contratou consultores que constituíram um grupo de estudo com a finalidade de analisar questões tecnológicas e de conteúdo relacionadas com disponibilização de teses e dissertações na web. Dava-se assim início a criação do repositório nacional de teses e dissertações, inicialmente denominado Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e, atualmente, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)(Cunha, 2009, p. 97)

Essa experiência foi fundamental para as ações posteriores do Ibict, as quais tinham como objetivo consolidar as vias de acesso aberto no Brasil, atualmente incorporadas pelo movimento da Ciência Aberta. Isso porque permitiu mapear as principais dificuldades encontradas em relação às diferentes dimensões que envolvem

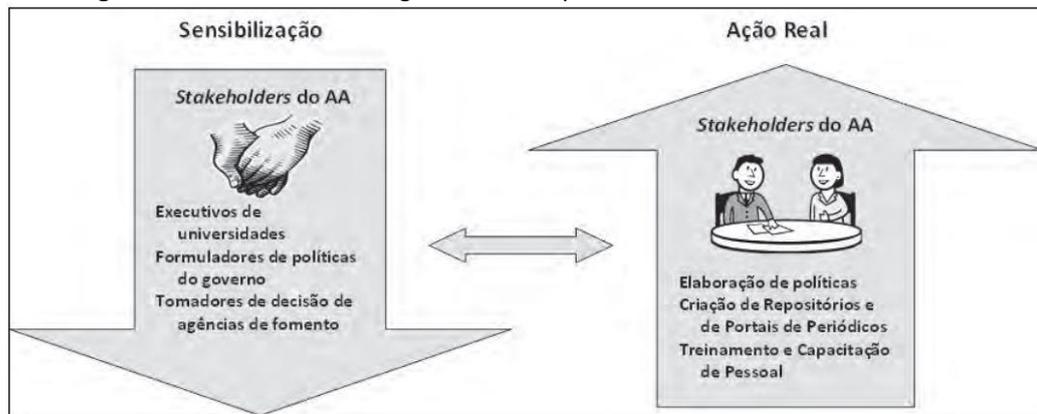
projetos dessa natureza. Dentre estas, destacamos a adesão da comunidade de pesquisadores que relutou, num primeiro momento, em disponibilizar suas produções em repositórios de acesso aberto. Sobre isso, Costa, Kuramoto e Leite (2013, p. 137-138) afirmam que

A despeito de bibliotecários e analistas responderem positivamente à iniciativa, observa-se demora em relação à aceitação da filosofia do Acesso Aberto e suas ações subsequentes por parte dos pesquisadores do País, tal como acontece na maioria dos países. Daí o longo período de comunicação sobre o Acesso Aberto, que permaneceu nos estágios de conhecimento e persuasão por pelo menos cinco anos. (Costa; Kuramoto; Leite, 2013, p. 137-138)

A partir de 2008, o Ibict dá início a uma nova etapa no desenvolvimento dos repositórios institucionais de fato. Isso aconteceu com o lançamento de “um edital para distribuição de servidores (hardware) às universidades e institutos de pesquisa públicos, com o objetivo de promover a construção e implantação de repositórios institucionais (RI)” (IBICT, 2009). Vale lembrar que nessa fase o instituto contou com forte parceria da Universidade do Minho que na época já possuía uma boa experiência com repositórios institucionais, na pessoa do Eloy Rodrigues de Souza, que segue sendo uma referência no tema (Costa, Kuramoto, Leite, 2013)

A metodologia proposta pelo instituto à época para a implantação dos RIs nas universidades estava inserida em uma proposição mais ampla que era a implementação do Acesso Aberto no Brasil. Segundo Costa, Kuramoto e Leite (2013) esta contou com uma abordagem dual: *top-down* e *bottom-up*, a qual está sintetizada na figura 1 seguir.

Figura 1 - Modelo das abordagens adotadas para o Acesso Aberto no Brasil



Fonte: Costa, Kuramoto, Leite (2013)

Descrição: A figura em tons de cinza, ilustra um processo de duas etapas. À esquerda observa-se uma forma de seta apontando para baixo representando a etapa de sensibilização. Dentro da seta a imagem de um aperto de mãos e a identificação dos stakeholders do AA: executivos de universidades, formuladores de políticas de governo e tomadores de decisão de agências de fomento. Do lado direito uma outra seta de mesmo tamanho apontando para cima identificada como a ação real. Nesta tem um desenho de duas pessoas, um homem à esquerda e uma mulher à direita sentados a uma mesa redonda. Ainda nesta seta é possível ler a identificação de stakeholders do AA: Elaboração de políticas; Criação de repositórios e de portais de periódicos; Treinamento e capacitação de pessoal. Entre as duas setas há uma terceira seta, em menor tamanho, apontando para direita e esquerda ao mesmo tempo.

A abordagem *top-down*, simbolizado na figura pela seta da esquerda, envolveu a mobilização de atores-chave tais como: executivos universitários, agências de fomento e formuladores de políticas. O objetivo era sensibilizar e engajar esses atores, proporcionando-lhes conhecimento sobre o Acesso Aberto e convencendo-os a adotar as estratégias e ferramentas necessárias. Essa etapa foi fundamental para criar um ambiente favorável à implementação do Acesso Aberto em nível nacional.

Em paralelo, a abordagem *bottom-up* focou na execução prática das ações. Essa etapa exigiu a elaboração de políticas específicas para os repositórios institucionais, a criação desses repositórios e de portais de periódicos, além da oferta de treinamento e capacitação para as equipes envolvidas. A abordagem *bottom-up* complementou a *top-down*, garantindo que as decisões tomadas nos mais altos níveis fossem efetivamente implementadas nas instituições de ensino e pesquisa.

A convergência dessas duas abordagens mostrou-se eficaz para impulsionar o movimento do Acesso Aberto no Brasil. A combinação de ações estratégicas de cima para baixo e iniciativas práticas de baixo para cima permitiu um avanço significativo na disseminação da produção científica brasileira e no acesso democrático à informação (Costa, Kuramoto, Leite, 2013).

O exitoso trabalho do Ibict na condução da implantação das infovias do Acesso Aberto no Brasil é possível constatar no contexto da UFRN. Isto porque, todas as iniciativas institucionais contaram com a assessoria do Ibict, especialmente a partir dos editais. Esse trabalho iniciou-se em 2006, quando a UFRN criou a sua BDTD a partir de sua participação em um dos editais lançados pelo instituto. A época era considerada um *case* de sucesso que, mesmo sem os documentos mandatórios, isto é, sem uma política de informação, conseguiu povoar o então sistema TEDE, primeiro software distribuído pelo Ibict. (Vila, 2015; Cunha, 2009)

No ano de 2009, a UFRN participa do edital do Ibict e inicia seu trabalho de articulação para a criação do seu RI, que será formalizado no ano de 2010, utilizando como sistema o Dspace. Em 2015, a BDTD migra para o RI-UFRN passando a figurar como uma comunidade dentro do repositório. (Vila; Silva, 2017; Guedes, 2019)

Outro repositório digital da UFRN, que atualmente integra o RI, é a Biblioteca Digital de Monografias. Este repositório foi criado inicialmente em 2011 a partir de uma parceria entre a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) e o Departamento de Ciência da Informação (DECIN), na época ainda Departamento de Biblioteconomia (DEBIB). A época objetivava abrigar as monografias dos cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Em 2015 passa a agregar os trabalhos de conclusão dos demais centros e institutos da UFRN, abrangendo toda a instituição. A partir de 2021, com vistas a otimizar os recursos humanos e tecnológicos, a BDM passa a integrar o RI-UFRN. (Bal, 2021).

Além desses repositórios digitais, ainda em 2009 a universidade já havia criado seu portal de periódicos eletrônicos. Este, por sua vez, sendo uma demanda institucional da Editora da Universidade e da Pró-reitora de extensão, responsável pela política editorial da UFRN. O projeto foi operacionalizado pela gestão da Biblioteca e contou com a assessoria e treinamento do Ibict para capacitação no uso do *Open Journal System* (OJS).

Todos esses serviços demandaram a criação na Biblioteca Central de um setor dedicado a gestão desses repositórios, o que aconteceu em 2013 (Guedes, 2018)

3.1 Definição e políticas de repositórios institucionais

Os repositórios institucionais referem-se a "coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual das comunidades universitárias" (Crow, 2002, p. 2, tradução nossa). Além de situar-se no *hall* de estratégias para promoção do acesso livre à informação científica, esses ambientes informacionais visam atender a algumas necessidades estratégicas enfrentadas pelas instituições acadêmico-científicas, sendo essas: fornecer um componente central na reforma da comunicação científica, estimulando a inovação numa estrutura de publicação desagregada; e servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma instituição, aumentando assim a sua visibilidade, prestígio e valor público (Crow, 2002).

Nesta vertente, Marcondes e Sayão (2009, p. 19) afirmam que os RIs representam “[...] para as universidades e instituições de pesquisa a oportunidade de se fortalecer institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel da instituição”.

Esses ambientes de informação são desenvolvidos a partir de softwares de código aberto, como por exemplo o DSpace, que no Brasil é um dos principais sistemas utilizados para a gestão de Repositórios Institucionais.

De acordo com Costa e Leite (2017) os RIs possuem características essenciais, tais quais: ser institucionalmente definido; tratar da produção acadêmica; ser coleções digitais de texto completo, ser interoperável e ser uma iniciativa de acesso aberto. Sobre esses aspectos, é pertinente observar que todos se materializaram no modelo de Política Institucional de Informação (PII) (mencionado anteriormente) que foi proposto pelo Ibict.

Quadro 1 – Características essenciais dos RI no modelo de Política Institucional de Informação

Características essenciais dos RI's	Correspondência no modelo de PII
ser institucionalmente definido	considera-se “comunidade científica institucional” aquela constituída por seus docentes, pesquisadores, colaboradores pesquisadores ou docentes e alunos graduandos e pós-graduandos
tratar da produção acadêmica	Para efeito deste documento, produção científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados veiculados em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares
ser coleções digitais de texto completo	todos os documentos [...]que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, à exemplo das teses e

	dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI
ser interoperável	este RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo <i>Open Archives</i>
ser uma iniciativa de acesso aberto	este RI desenvolvido e alimentado pela nossa comunidade científica institucional será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Costa e Leite (2009) e Kuramoto (2009)

Descrição: Quadro apresentando duas colunas. A da esquerda apresenta os aspectos essenciais dos repositórios institucionais e na coluna da direita a correspondência encontrada no modelo de Política Institucional de Informação.

Considerando que este foi o modelo adotado na UFRN para o RI em 2009, existe uma outra característica que podemos apontar a partir dessa política, que se refere a sua abordagem. De acordo com Costa e Leite (2009) as iniciativas de repositórios institucionais observadas até aquele momento, adotavam duas abordagens principais no que diz respeito à orientação de criação, as quais classificavam-se em: rígida e flexível.

Por abordagem rígida era entendido os repositórios que priorizavam documentos que haviam sido submetidos ao processo de avaliação pelos pares, nomeadamente os artigos de periódicos, fossem eles pré-prints ou pós-prints. Já a abordagem flexível admitia, além dos artigos de periódicos, outras produções científico acadêmicas, “tais como a literatura cinzenta, dados brutos de pesquisa, simulações, imagens, vídeos, relatórios de pesquisa, objetos de aprendizagem, entre outros”(Costa; Leite, 2009, p. 174).

Nessa perspectiva, considerando que o modelo de PII do Ibict apontava que deveria constar no RI somente os documentos “que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, à exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas” compreende-se que, mesmo sendo as teses e dissertações considerados um registro de literatura cinzenta, esses repositórios enquadraram-se na abordagem rígida.

Feitas essas considerações, na subseção seguinte abordaremos a documentação institucional da UFRN no que se refere às suas políticas de informação, as quais norteiam o funcionamento do RI da instituição e dão outras providências.

4 REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFRN: CARACTERIZAÇÃO E SUAS POLÍTICAS

Os Repositórios Institucionais, em sua maioria, apresentam taxonomia que reflete a sua a estrutura organizacional da instituição, compreendendo comunidades (unidades institucionais), subcomunidades (departamentos, cursos e programas de pós-graduação) e suas respectivas coleções.

Essa era a configuração padrão do RI UFRN, que foi um pouco alterada a partir da incorporação de outros repositórios existentes, a saber: BDTD e Biblioteca Digital de Monografias. Atualmente é possível acessar a produção depositada neste repositório a partir do endereço eletrônico <https://repositorio.ufrn.br/>. Na figura 2 abaixo é possível conhecer a sua interface atual.

Figura 2 – Apresentação da tela inicial do RI-UFRN



Fonte: <https://repositorio.ufrn.br/>

Descrição: Esta imagem é uma captura de tela do Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A tela inclui um Cabeçalho com o logotipo da UFRN, um menu de navegação com as opções "Página inicial", "Navegar", "Tutoriais" e "Sobre RI" e ícones para selecionar o idioma e para o login de usuários. Na Seção Principal consta um campo de busca no repositório, um botão para iniciar um novo depósito de documentos e botões para acessar "Meu espaço", "Estatísticas" e "Feedback". Na parte de Comunidades do Repositório tem-se uma seção destacando os novos documentos depositados.

Além do RI, a UFRN desenvolveu outros repositórios digitais desde 2005, quando criou e implementou a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), já mencionada. No ano de 2015 institucionalizou para toda UFRN a Biblioteca Digital de Monografias, que desde 2012 disponibilizava as monografias apenas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Também fazia parte desse conjunto, o Portal de Periódicos da UFRN, criado em 2009, configurando-se como um repositório de revistas. Estes eram repositórios gerenciados tecnicamente pelo Setor de Repositórios Digitais da Biblioteca Central Zila Mamede.

Outro repositório digital de grande relevância para a UFRN é o Repositório de Informação Acessível, este gerido tecnicamente pelo Laboratório de Acessibilidade da UFRN, localizado nas dependências da biblioteca central.

Todos esses demais repositórios, quando de suas criações, foram, com exceção da BDTD, criadas suas políticas de informação específicas, bem como apresentaram estruturas de organização algumas vezes, distintas do RI, em razão de suas

especificidades e softwares utilizados, a exemplo do portal de periódicos que utiliza o *Open Journal System* (OJS).

Voltando a caracterização do RI UFRN, em coleta realizada no dia 4 de agosto de 2024, foi verificado que o repositório disponibiliza aproximadamente 45.091 (quarenta e cinco mil e noventa e um documentos), distribuídos conforme apresentamos no quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Quantitativo de documentos por tipologias disponíveis no Repositório Institucional da UFRN.

Tipologias documentais	Total
Artigos publicados em periódicos	5.631
Monografias de graduação	17.027
Teses	5.148
Dissertações	15.526
Outros	1.759

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Descrição: Quadro apresentando duas colunas descrevendo o quantitativo por tipo de documento. A coluna da esquerda apresenta os tipos documentais existentes no repositório: artigos publicados em periódicos; monografias de graduação, teses, dissertações, outros. Na coluna da direita, apresenta o total de cada um desses documentos, que são, respectivamente: 5.631 artigos; 17.027 monografias, 5.148 teses, 15.526 dissertações e 1.759 como outros.

No caso da tipologia “Outros” estão agrupados os produtos educacionais, livros, capítulos de livros, monografias de especialização, vídeos, áudios, dentre outros.

Conforme dissemos, a criação do RI da UFRN foi projetada e implementada seguindo as orientações dadas pelo Ibict por ocasião do edital, e nessa perspectiva, a primeira Política Institucional de Informação da universidade baseou-se no modelo proposto pelo instituto. Esta política foi instituída a partir da Resolução Nº059/2010 - CONSEPE, publicada em 13 de abril de 2010, a qual afirmava ser competência desse repositório a reunião, organização e disponibilização da produção técnico científica e acadêmica de sua comunidade universitária, visando a preservação da memória e da produção institucional (UFRN, 2010).

Entendemos que esse documento foi de fundamental importância para a implementação do repositório, uma vez que oportunizou o envolvimento de diferentes instâncias universitárias. Além disso, passou a configurar-se como um documento mandatário para o povoamento do repositório.

Destacamos inicialmente a configuração da comissão gestora do repositório, descrita no artigo 2 (dois) da referida resolução, que estabeleceu de forma distribuída entre seus membros, as responsabilidades pela implantação e manutenção do repositório, os quais discriminamos a seguir: um representante da Pró-reitoria de Pesquisa, importante articulador político com a comunidade de pesquisadores da instituição; um representante do Sistema de Bibliotecas da UFRN, a quem convencionou-se a presidência da comissão, haja vista ser a unidade responsável pelo trabalho técnico de gestão do sistema do repositório; um representante da Superintendência de Comunicação, a quem se vislumbrou a competência de divulgar e difundir o repositório dentro e fora da instituição; um representante da Superintendência de Informática, a quem atribuiu-se o papel de dar o suporte tecnológico de rede e hardware; e por fim um representante do então Departamento de Biblioteconomia, a quem vislumbrou-se a competência de promover pesquisas e estudos para dar suporte a gestão do repositório na proposição de melhorias.

Já no artigo 3 da resolução, o documento deixa claro que adota a política de livre acesso aos seus documentos, em consonância ao então proclamado Movimento do Acesso Aberto, conhecido internacionalmente como *Open Access*, hoje inserido no âmbito da Ciência Aberta, *Open Science*. No artigo seguinte, número 4, a política declara a sua adequação a adoção do modelo dos *Open Archives*, a partir da adoção do padrão de metadados Dublin Core (adotado pelo software DSpace) e do protocolo OAI-PMH, que garante a integração e disponibilização dos dados do RI com outros sistemas, conforme preconiza os arquivos abertos.

Em parágrafo único, a PII de 2010 da UFRN, representada pela resolução, estabelece o entendimento de que deverão constar no RI-UFRN somente a produção técnico científica dos membros de sua comunidade. Tal produção se caracterizaria como “aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados disponíveis em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares”. Ainda sobre os documentos a serem inseridos no RI, em seu artigo oitavo, a política inclui também os documentos que passaram por avaliação de uma banca de especialistas, enquadrando as teses e dissertações defendidas em outras instituições como produção apta a figurar no repositório. Isto porque, as teses e dissertação defendidas na UFRN eram produção para alimentar o repositório digital de teses e dissertações, a BDTD.

Esta determinação sobre que documentos podem ou não figurar no repositório caracteriza de forma clara a abordagem rígida adotada no RI no momento de sua criação, que estava em total consonância com as orientações feitas pelo Ibict num primeiro momento. Esta era tida como uma estratégia para conferir credibilidade científica da comunidade de pesquisadores em relação ao RI, uma vez que o serviço por si só não apresentava um processo de avaliação.

Porém, com o decorrer do tempo e o estabelecimento das rotinas de povoamento do RI, paulatinamente passaram a surgir novas demandas institucionais que findaram por alterar essa abordagem inicial rígida e aos poucos foi-se instaurando uma abordagem flexível, em que o entendimento sobre o vínculo institucional da produção foi alargada, quando por exemplo foi integrado o repositório digital da BDTD (2014), motivado pela instabilidade do software no qual estava instalado as teses e dissertações; bem como a criação, em 2014, de uma comunidade dentro do RI para abrigar a produção dos livros editados pela editora da UFRN, cujas autorias nem sempre são de membros da UFRN, mas de outras instituições de pesquisa.

Mais recentemente, em 2022, foi apresentada ao RI duas demandas advindas da instituição, quais sejam a disponibilização de Recursos Educacionais Abertos, o que ocorreu após solicitação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a fim de atender às necessidades do PIBID. Além desse, também a disponibilização de ‘produtos educacionais’ os quais são advindos dos programas de pós-graduação profissionais. Estes últimos se deram em razão de orientações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Além dessas inovações, a UFRN em 2015, institucionalizou também a coleta e armazenamento das monografias de graduação, que, como mencionamos anteriormente, tratava-se de repositório que existia até então apenas no âmbito do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. A partir de 2021, este foi migrado para figurar como comunidade no RI, a das monografias de graduação e especialização de toda universidade.

Além dessas modificações que foram sendo implementadas a partir dessas demandas, também no ano de 2021 foi proposta uma atualização na PII do RI-UFRN, a qual foi oficializada a partir da Resolução Nº234/2021-CONSEPE, de 24 de agosto de 2021. Este documento foi uma determinação da gestão central da universidade, em

atendimento a uma normativa do governo federal no qual instruía a diminuição das suas resoluções.

Foi então, que a resolução Nº234/2021-CONSEPE aglutinou resoluções que regulamentavam o funcionamento de outros repositórios, mencionada anteriormente, e serviços de informação existentes até então. Assim sendo, revogou os seguintes documentos: Resolução nº 237/2009-CONSEPE, do Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRN; Resolução nº 059/2010-CONSEPE, referente ao RI-UFRN; Resolução nº 054/2014-CONSEPE, referente ao Repositório de Informação Acessível; e a Resolução nº 062/2015-CONSEPE, referente a Biblioteca Digital de Monografias.

Nesse momento percebe-se que o funcionamento do RI demandou uma atualização do documento que, num primeiro momento, serviu para nortear seu funcionamento, num processo reverso de construção de política de informação científica institucional.

Nessa nova atualização destacamos como principais mudanças o perfil da produção disponibilizada no repositório, que passou a abranger também documentos de cunho acadêmico, e não somente os técnico-científicos.

Outra alteração importante diz respeito ao movimento dos setores institucionais envolvidos, em que se percebe a ausência nessa segunda versão da PII da UFRN da Superintendência de Comunicação, que mesmo constando no documento anterior não houve envolvimento efetivo. Em contrapartida, outras instâncias foram agregadas a partir do fluxo de interação com o repositório, a saber: Pró-Reitoria de Pós-Graduação; Editora da UFRN; Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Graduação. Além disso, foram alteradas as denominações do Sistema de Bibliotecas, que passou a figurar Biblioteca Central Zila Mamede; A Superintendência de Informática, que passou a denominar-se Superintendência de Tecnologia da Informação e Departamento de Biblioteconomia, que foi atualizado para Departamento de Ciência da Informação.

Também foram inseridas atribuições para cada uma das representações, as quais podem ser verificadas de forma mais detalhada no próprio documento disponível no endereço eletrônico <https://repositorio.ufrn.br/documentos/Resolucao-CONSEPE.pdf> (Nº234/2021-CONSEPE, de 24 de agosto de 2024).

Diante do exposto, podemos perceber que os repositórios institucionais, além das funções de promover a gestão da informação científica das instituições de pesquisa,

teve, a partir da agregação das diferentes coleções que foram inseridas, um forte papel na condição de registro e difusão da memória científica, acadêmica e cultural, produzida pela universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas dos Repositórios Institucionais têm se consolidado como fundamentais para a promoção da difusão das produções técnico-científicas e acadêmicas das instituições, e a experiência da UFRN tem se apresentado como bastante exitosa e reconhecida pelo próprio Ibict.

Essa experiência nos leva a reflexão de que o desenvolvimento desses serviços nas diferentes unidades de informação, especialmente nas bibliotecas universitárias, carece de atualizações contantes e, portanto, capacitação profissional permanente, para que sejam conduzidos a partir das melhores ferramentas e práticas de gestão disponíveis.

Esse alto grau de velocidade de atualização decorre das dinâmicas que envolvem o sistema de comunicação científica, tão importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nesse contexto destacamos também a relevância para as instituições de pesquisa que tem nos repositórios sua principal vitrine para seu público nos distintos âmbitos: seja local, regional, nacional e internacional.

Essas mudanças ocorreram no caso do RI/UFRN, que inicialmente congregava algumas tipologias documentais e ao passar dos anos ajustou sua política e práticas informacionais a fim de atender às necessidades institucionais e de visibilidade informacional, sendo atualmente entendido pela UFRN enquanto uma ação estratégica, que viabiliza, dentre outras questões, o retorno social que as instituições públicas necessitam ofertar a pela sociedade que a financia.

Foi possível, dentro dos limites desse estudo, perceber a repercussão das políticas de informação institucionais nos repositórios, quando observamos o planejamento e implementação dos primeiros RIs, e suas configurações iniciais. De outro modo, também se observa que a partir do seu funcionamento e as demandas que são apresentadas pelas instituições que as mantem, os repositórios ensejam um

processo reverso de melhorar as políticas de informação institucionais com base na prática e vivência deles.

É pertinente destacar que o estudo proposto não abordou as práticas dos repositórios brasileiros de forma ampla, que permita grandes generalizações, o que configura como uma limitação desse trabalho.

Assim, sugere-se que estudos futuros sejam empreendidos, especialmente pelos bibliotecários que atuam na gestão de repositórios dessa natureza, uma vez que possuem mais propriedade por conhecerem o cotidiano desse serviço.

Identificar as barreiras e desafios dos repositórios poderiam ainda contribuir no subsídio das reflexões sobre possíveis soluções que permitam maiores avanços, especialmente no que diz respeito, por exemplo, a implementação dos repositórios de dados.

Por fim sugerimos também, para estudos futuros, a elaboração de um levantamento das tipologias documentais das produções que integram os repositórios institucionais no contexto brasileiro, com vistas a efetuar um panorama situacional desses espaços informacionais.

REFERÊNCIAS

BAL, Ana Lourdes. Biblioteca de Monografias da UFRN migra para Repositório Institucional. **Agecom UFRN**, Natal, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.ufrn.br/imprensa/noticias/50626/biblioteca-de-monografias-da-ufrn-migra-para-repositorio-institucional>. Acesso em: 22 set. 2024

BRÄSCHER, Marisa. Apresentação do programa biblioteca digital brasileira e seus projetos. In: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. **Reunião sobre a implantação do consórcio de teses e dissertações**, 2002.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Documento de área: ensino**. Brasília, DF: Capes, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/DOCUMENTO_AREA_ENSINO_24_MAIO.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: IBICT, 2017. Disponível em: http://eprints.rclis.org/31109/1/Repositorio%20America%20Latina_Digital.pdf. Acesso em 03 ago. 2024.

COSTA, S. M. S.; KURAMATO, H.; LEITE, F. C. L. Acesso aberto no Brasil: aspectos históricos, ações institucionais e panorama atual. In: RODRIGUES, E.; SWAN, A.; BAPTISTA, A. A. (Orgs.). **Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo**. Braga: Universidade do Minho, Serviços de Documentação, 2013. p. 133-150. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/26144/3/RepositoriUM_10anos.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais. In: SAYÃO, Luís Fernando et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CROW, R. **The Case for Institutional Repositories: A SPARC Position Paper**. Washington, DC: Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition, 2002. Disponível em: https://ils.unc.edu/courses/2014_fall/inls690_109/Readings/Crow2002-CaseforInstitutionalRepositorieSPARCPaper.pdf. Acesso em 03 ago. 2024.

CUNHA, Jacqueline de Araújo. **Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações: uma estratégia de preservação da memória**. 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3989?locale=pt_BR. Acesso em: 20 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUEDES, Clediane. **Acesso e uso em repositórios abertos: Repositório Institucional e Biblioteca Digital de Monografias da UFRN**. Natal: UFRN. 2019. Apresentação em Slide. 34 Slides, color, Semana Nacional do Livro e da Biblioteca: acesso aberto na UFRN. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1U1jVDpGyYpS7RIAd118WWbWKQqd0NF6M/view>. Acesso em: 22 set. 2024.

GUEDES, Clediane. **Repositório Institucional da UFRN: percurso, desafios e perspectivas**. Brasília: CAPES. 2018. Apresentação em Slide. 21 Slides, color, 1º Encontro CAPES de Ciência Aberta - Repositórios Digitais. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20180919_1EncontrodeCienciaAberta_CledianeGuedes_UFRN.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **IBICT promove implantação de repositórios institucionais**. IBICT, 2009. Disponível em: <https://antigo.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/1354-ibict-promove-implantacao-de-repositorios-institucionais>. Acesso em: 20 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Edital Finep/PCAL/XBDB, nº003/2009**. Brasília, 2009

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação Presencial e a Distância**.

Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 03 ago. 2024.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre à informação científica: novos desafios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 154 - 157, 2008.. Disponível em:

<http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 21 set. 2024

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. À guisa de introdução repositórios institucionais e livre acesso. *In: SAYÃO, Luis et al. (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.*** Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-22.

OASISBR, 2024. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/about/home>. Acesso em 04 ago. 2024.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SÚBER, Peter. Open Access overview: focusing on open access to peer reviewed research articles and their preprints. *In: SÚBER, Peter. **Knowledge Unbound: selected writings on open access, 2002–2011.*** Massachusetts: The Mit Press, 2016. DOI: 10.7551/mitpress/8479.003.0007. Disponível em: <https://direct.mit.edu/books/oa-edited-volume/4045/chapter-standard/168130/Open-Access-Overview>. Acesso em: 20 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução n. 059/2010-CONSEPE**, de 13 de abril de 2010. Estabelece normas sobre a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI). Natal, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/documentos/resolucao_592010_consepe_riufrn.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução n. 001/2021-CONSEPE**, de 24 de agosto de 2021. Atualizar a política de gestão dos repositórios digitais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) gerenciados tecnicamente pela Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM). Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/documentos/Resolucao-CONSEPE.pdf>. Acesso em 03 ago. 2024.

VILA, Monise Danielly Pessoa. **As infovias do open access na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** 2015. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39840>. Acesso em 22 set. 2024.

VILA, M. D. P.; SILVA, M. P. de B. e. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: uma reflexão acerca de seu papel como meio de preservação da memória. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**,

[S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–15, 2017. DOI: 10.21680/2447-0198.2017v1n2ID10857. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/10857>. Acesso em: 22 set. 2024.